

# Tratamento Informacional e Documentação Legal dos Museus Universitários de Ciência da UFG: análise qualitativa de lacunas e estratégias de reestruturação institucional

*Information Gathering and Legal Documentation of the University Science Museums of UFG: a Qualitative Analysis of Gaps and Strategies for Institutional Restructuring*

Carlos Augusto Ribeiro Jotta<sup>1</sup>   
Marcus Carrião dos Santos<sup>2</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: [carlos.jotta@ufg.br](mailto:carlos.jotta@ufg.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4888138059156152>.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: [mscarriao@ufg.br](mailto:mscarriao@ufg.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2377857407143983>.

**Como citar este artigo (ABNT):** JOTTA, Carlos Augusto Ribeiro; SANTOS, Marcus Carrião dos. Tratamento Informacional e Documentação Legal dos Museus Universitários de Ciência da UFG: análise qualitativa de lacunas e estratégias de reestruturação institucional. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2026, p. 121-145. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-3917.2026v19n1p121-145>.



**Submetido em:** 30 mar. 2026

**Aprovado em:** 15 jun. 2026

**Edição:** Charles Narloch, Ludmila Leite Madeira da Costa, Aline Rocha de Souza F. de Castro

**Conflitos de interesse:** Os autores declaram que não há conflito de interesses.

**Disponibilidade dos dados:** Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

## RESUMO

Este artigo examina o tratamento informacional e a documentação legal nos oito museus universitários de ciência da Universidade Federal de Goiás (UFG), vinculados ao projeto “Museu de Ciências da UFG” (Pátio da Ciência, Museu de Ciências Morfológicas, Museu de Solos, Museu de Informática e Computação, Coleção Zoológica, Ateliê Tipográfico, Planetário e Museu de Geociências), adotando abordagem qualitativa exploratória com questionário estruturado de 16 questões objetivas aplicado aos gestores, obtendo 100% de respostas, e análise em dois eixos temáticos: documentação legal e tratamento informacional. Ancorada em referencial teórico interdisciplinar da Museologia que concebe coleções museológicas como documentos ressignificados para representação, organização e recuperação da informação e do conhecimento; os resultados confirmam a hipótese de fragilidade institucional, revelando a ausência de instrumentos de controle e gestão da informação, bem como adequação institucional às normas da Museologia, perpetuando processos informais que comprometem salvaguarda e disseminação das coleções. Os resultados também sinalizam potencialidades para reestruturação via políticas integradas, redes colaborativas e governança madura, alinhadas à tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-chave:** Museus universitários. Tratamento informacional. Patrimônio cultural universitário.

## ABSTRACT

*This article examines the information processing and legal documentation in the eight university science museums of the Federal University of Goiás (UFG), linked to the “UFG Science Museum” project (Science Courtyard, Museum of Morphological Sciences, Soil Museum, Museum of Informatics and Computing, Zoological Collection, Typographic Workshop, Planetarium, and Museum of Geosciences). The study adopts an exploratory qualitative approach using a structured questionnaire of 16 objective questions applied to managers, obtaining 100% response, and analyzes the data along two thematic axes: legal documentation and information processing. Anchored in an interdisciplinary theoretical framework of museology that conceives museum collections as documents re-signified for the representation, organization, and retrieval of information and knowledge, the results confirm the hypothesis of institutional fragility, revealing a lack of instruments for information control and management, as well as institutional adequacy to museological norms, perpetuating informal processes that compromise the safeguarding and dissemination of collections. The results also indicate potential for restructuring through integrated policies, collaborative networks, and mature governance, aligned with the university's triad of teaching, research, and outreach.*

**Keywords:** University museums. Informational treatment. University cultural heritage.

## INTRODUÇÃO

Este artigo insere-se nos estudos acerca de museus universitários e acervos científicos e tecnológicos. Sob o suporte teórico da Museologia e da Ciência da Informação, procedeu-se a uma análise qualitativa de dados obtidos nos museus universitários da Universidade Federal de Goiás (UFG) integrantes do projeto “Museu de Ciências da UFG”. Tal iniciativa objetiva reorganizar e reestruturar uma rede de museus científicos distribuídos pelos *campi* da UFG, visando à valorização e proteção integral das coleções museológicas de ciência e tecnologia. O delineamento teórico que apresentamos aqui se mostra importante para a sustentação do tema que se denota neste artigo. Faremos uma aproximação conceitual entre o campo da Museologia, museus universitários e o tratamento informacional das coleções destas instituições. Isto se dá pelo momento atual no qual o Brasil discute, por meio de fóruns e grupos de trabalho, o papel dos museus universitários no ensino superior e sua relação com a sociedade.

Inicia-se o recorte conceitual com uma revisão da teoria que envolve museus e coleções universitárias. Essa abordagem enriquece o debate ao sintetizar contribuições de autores brasileiros e internacionais. Tais contribuições estão fundamentadas em conceitos estruturados pela literatura do campo, que nos permite uma visão macro do cenário em que nosso objeto de pesquisa está posicionado. Prosseguindo nessa seção teórica, propõe-se uma articulação entre a teoria dos museus universitários e o tratamento informacional das coleções, recorrendo a uma análise conceitual de autores da Museologia e Ciência da Informação para esclarecer a temática e sustentar o desenvolvimento teórico-metodológico da análise em curso. O recorte conceitual para esta revisão teórica está sustentado no campo da documentação, mais especificamente da documentação museológica.

Ao tratar de conceitos amplos e interdisciplinares como “museus universitários” e “tratamento informacional”, optou-se por um recorte clássico da literatura especializada. Essa seleção priorizou autores com o aprofundamento requerido para esta pesquisa, promovendo uma compreensão pedagógica dos dados subsequentes e prevenindo ambiguidades conceituais diante da vastidão dos debates e da relevância desses termos na museologia e na ciência da informação. Assim, este artigo não pretende exaurir as discussões conceituais, mas oferecer um panorama teórico sólido ao argumento proposto.

Com uma metodologia exploratória, levantamos a hipótese de que os museus universitários de ciência da UFG estão fragilizados no que tange à sua gestão e tratamento informacional. Com isso, construíram-se categorias analíticas para mapear elementos estruturais que nos permitissem compreender a dinâmica informacional dos espaços, sobretudo no que diz respeito às coleções, e observar se a hipótese se concretizaria. Para a coleta inicial dos dados foram formuladas 16 questões objetivas que buscavam analisar dois blocos temáticos: documentação legal dos museus e tratamento informacional. O questionário foi aplicado com todos os museus que compõem a Rede de Museus de Ciência da UFG e obteve 100% de respostas. Após a coleta, os dados foram tabulados e analisados sob a ótica conceitual no estreitamento entre os campos da Museologia e Ciência da Informação.

Esta rede converge sete museus universitários e uma coleção em processo de musealização, totalizando 8 espaços, sendo eles: Pátio da Ciência, Museu de Ciências Morfológicas, Museu de Solos, Museu de Informática e Computação, Coleção Zoológica, Ateliê Tipográfico, Planetário e Museu de Geociências.

Em conclusão, essa análise delinea um panorama inicial e abrangente sobre a documentação legal e o tratamento informacional desses museus. Ao integrar os referenciais teóricos da museologia e da ciência da informação aos dados coletados, identificam-se lacunas estruturais e operacionais, ao mesmo tempo em que se destacam potencialidades para aprimorar a gestão da informação nessas instituições.

## **SÍNTESE TEÓRICA**

### **SOBRE OS MUSEUS E COLEÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

O estudo dos museus e coleções universitárias constitui um campo de investigação que articula museologia, patrimônio, ciência e educação em nível superior, integrando dimensões teóricas e práticas para compreender sua relevância contemporânea. Esses espaços configuram-se como ambientes de preservação de objetos e documentos vinculados à produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que se propõem a mediar o diálogo entre a universidade e a sociedade, atuando como pontes entre o âmbito acadêmico fechado e as demandas sociais mais amplas. Como destacam Ribeiro, Segantini e Granato (2019), os

museus universitários são locais de salvaguarda de objetos, bem como espaços que promovem aproximações entre o conhecimento científico e a busca por uma relação com a sociedade, discutindo conceitos patrimoniais e incentivando parcerias e articulações para fortalecer sua função mediadora.

A pluralidade de áreas do saber presentes nas universidades se reflete nas coleções museológicas, que vão desde instrumentos científicos, modelos didáticos e equipamentos laboratoriais até acervos artísticos e etnográficos, passando por outros tipos específicos de suportes que capturam a diversidade da produção acadêmica ao longo do tempo. Contudo, o que define um museu universitário não é apenas o tipo de coleção, mas sobretudo sua configuração institucional e sua vinculação às estruturas acadêmicas, o que impõe desafios específicos de integração organizacional. Conforme examina Ribeiro (2013), sua complexidade está no nível de sua missão e nas políticas de gestão que os sustentam, posicionando-os entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão em universidades públicas. Frequentemente, tais museus estão subordinados a setores cujas atribuições originais não se relacionam diretamente com a preservação da memória ou com a gestão patrimonial, gerando tensões administrativas que afetam sua autonomia e desenvolvimento sustentável.

Bragança Gil (2005) salienta que os museus universitários apresentam uma transversalidade que os diferencia de instituições similares. A formação de suas coleções está diretamente relacionada às práticas científicas, acadêmicas e educativas das universidades, o que lhes confere uma identidade própria. Mesmo os museus que tratam da mesma temática, apresentam características distintas quando inseridos no universo universitário, dada a especificidade de sua gênese institucional e seus usos acadêmicos.

Outro aspecto relevante refere-se à constituição das coleções por especialistas das áreas-fim, mas sem formação em museologia. Essa situação promove desafios conceituais e operacionais, pois a entrada de um objeto em uma coleção museológica exige a sua resignificação como documento. O objeto passa a ser tratado de acordo com normas de documentação, conservação, catalogação e pesquisa. Esse processo, se negligenciado, compromete a finalidade do museu como espaço de memória e conhecimento.

A escassez de recursos, tanto humanos quanto financeiros, bem como a ausência de políticas institucionais integradas aos planejamentos estratégicos das universidades, são apontadas por Ribeiro (2013) como obstáculos centrais ao desenvolvimento dos museus universitários. A autora defende que, apesar dessas limitações, tais espaços têm potencial

para promover práticas interdisciplinares, ampliar o acesso ao conhecimento e consolidar sua relevância social por meio da tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse cenário, iniciativas como a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU) representam importantes esforços de articulação. Segundo Silva (2019), a rede busca fomentar boas práticas de gestão e valorização das coleções, além de incentivar a formação de profissionais e promover debates sobre os desafios enfrentados por essas instituições. A criação de redes colaborativas contribui para superar barreiras estruturais e reforçar o papel dos museus como agentes de transformação e disseminação do conhecimento.

Como destacam Handfas, Granato e Lourenço (2016), é necessário "repensar os critérios de valoração" dos acervos universitários, contemplando tanto a dimensão material quanto imaterial dos saberes produzidos. Esses autores alertam para o risco de que objetos científicos, muitas vezes considerados apenas ferramentas de trabalho, sejam descartados sem o devido reconhecimento de seu valor histórico, simbólico e informacional. A mudança de percepção, nesse caso, exige um esforço institucional para integrar a preservação à missão acadêmica.

A dinâmica da inovação científica também impacta diretamente a preservação desses bens. A constante atualização dos equipamentos, a rotatividade de pesquisadores e a obsolescência tecnológica produzem efeitos colaterais na conservação do patrimônio. Como exemplificado por Handfas, Granato e Lourenço (2016):

O Patrimônio Cultural Universitário de C&T guarda relação com a imensa, dinâmica e multidisciplinar produção científica e tecnológica na Universidade. Ainda que representem uma parte pequena de tudo o que poderia vir a ser patrimônio, muitos objetos e conjuntos de objetos de C&T são guardados por variados motivos e em condições distintas. Por vezes formam acervos e coleções musealizadas ou restam apenas como objetos dispersos guardados sem qualquer tratamento museológico (Handfas; Granato; Lourenço, 2016, p.9).

Um número considerável de objetos de valor histórico permanece em depósitos, almoxarifados ou salas de aula, sendo preservados, algumas vezes, apenas por iniciativa de docentes e técnicos que reconhecem sua importância. Essa realidade evidencia a necessidade de ações institucionais sistemáticas para a sua valorização, documentação e catalogação. Marta Lourenço e Lydia Wilson (2013) reforçam essa urgência ao apontar a importância de

identificar e valorizar objetos dispersos que ainda não foram incorporados formalmente aos museus.

Em síntese, podemos considerar, com base na literatura do campo, os museus universitários como espaços estratégicos para a promoção e a preservação da memória científica, histórica e cultural das instituições de ensino superior. Como argumentam Ribeiro, Segantini e Granato (2019) e Mendonça Júnior (2016), esses acervos cumprem funções pedagógicas e sociais fundamentais, contribuindo para o fortalecimento das práticas museológicas e para a democratização do conhecimento. Sua valorização requer políticas públicas eficazes, investimento em infraestrutura e a formação de equipes multidisciplinares comprometidas com a gestão patrimonial. No caso específico das coleções de Ciência e Tecnologia, compreender a trajetória dos objetos, seus usos pedagógicos e seu valor simbólico é essencial para construir estratégias de preservação que estejam alinhadas às transformações contemporâneas no campo da Museologia Universitária.

## **UMA PROPOSTA DE INTERLOCUÇÃO: O TRATAMENTO INFORMACIONAL DAS COLEÇÕES NOS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS**

Essa proposta teórica que aqui se delineia busca interlocução no conceito de Tratamento Informacional das Coleções nos Museus Universitários, estabelecendo uma ponte conceitual entre práticas museológicas e processos informacionais que enriquecem a análise de acervos heterogêneos. Julgamos que esta associação se constrói de forma bastante fecunda, sobretudo quando consideramos a teoria da documentação, desenvolvida por Paul Otlet (1991 [1934]) e Suzanne Briet (1951), que fundamenta a organização sistemática de documentos como base para recuperação universal, e os fundamentos da Ciência da Informação, desenvolvidos por Fredrick Wilfrid Lancaster (2004), Maria Nélide González de Gómez (2004) e Vera Lúcia Doyle Dodebei (2002). Esses campos oferecem instrumentos sólidos para pensar o tratamento informacional das coleções museológicas no âmbito dos museus universitários, especialmente os museus de C&T, aqui elencados como objeto deste artigo, permitindo uma abordagem integrada que vai além da custódia física para abarcar representação intelectual e acessibilidade.

Ao observarmos a formação das coleções universitárias de C&T, torna-se inequívoco que o tratamento desses acervos não deve se restringir ao aspecto físico, mas deve envolver uma estratégia de gestão informacional estruturada que permita a recuperação, circulação e uso da informação, evitando perdas semânticas e promovendo interoperabilidade. Nesse sentido, a teoria da documentação, abordada por Otlet (1991 [1934]) e Briet (1951), complementa a discussão sinalizando que o documento deve ser o item tratado como evidência de um fato ou conhecimento desde que documentado em um sistema de organização da informação, transformando objetos museais em testemunhos rastreáveis e dinâmicos que sustentam narrativas científicas contínuas.

Sob a perspectiva de Lancaster (2004), o tratamento informacional de coleções deve ser compreendido como um processo técnico e intelectual que busca a representação fiel dos conteúdos informacionais, possibilitando sua posterior recuperação com precisão e relevância, especialmente em contextos de dispersão temática como os acervos universitários. O autor ainda destaca que a eficácia do tratamento informacional está diretamente ligada à utilização de linguagens controladas, à continência dos termos e à clareza na estruturação dos registros (Lancaster, 2004), o que mitiga ambiguidades e otimiza buscas em repositórios complexos. Vera Lúcia Doyle Dodebei (2002) completa dizendo que o tratamento informacional das coleções deve ser munido de instrumentos de representação do conhecimento, enfatizando a utilização de linguagens documentárias como fundamental para a organização e o acesso à informação, garantindo que a memória coletiva dos acervos seja preservada de forma hierárquica e relacional.

Sob a ótica do domínio da informação, os objetos ao serem incorporados aos acervos museológicos assumem a condição de documento passível deste tratamento informacional, demandando uma transição conceitual rigorosa. Para Ivo Maroevic (1998), o objeto de museu carrega consigo sua materialidade e um conjunto de informações contextuais que se atualizam na sua prática museológica, inferindo que todo objeto musealizado se transforma em um testemunho material da realidade humana, cuja função museológica é constituída no momento em que ele passa a integrar o ecossistema de um museu (Maroevic, 1998). Tal processo implica na atribuição de valor informacional, simbólico e cultural ao objeto, deslocando-o de seu uso original para um novo contexto interpretativo, aproximando-se diretamente das discussões da Ciência da Informação, em especial da noção de documento e

de Tratamento Informacional, que visa a circulação e a inserção em um determinado sistema de informação, promovendo camadas múltiplas de significado.

Esse argumento é fundamental para entender a lógica informacional dos museus universitários e seus agentes, onde a gestão de suas coleções deve ser conduzida sob critérios da museologia e da documentação que envolvem a organização e a recuperação da informação de forma precisa. Retomando Lancaster (2004) e Dodebei (2002), os critérios para o tratamento informacional das coleções devem respeitar a taxonomia dos objetos e o uso das redes de significado para a descrição e organização da informação, evitando ruídos semânticos em acervos diversificados. Como ressalta Ivo Maroevic (1998), a leitura informacional do objeto permite sua localização no tempo e espaço, transformando-o em mediador entre passado e as demandas por conhecimento do presente. Na perspectiva da museologia, sob a ótica de Maroevic (1998) e Stránský (1974), a musealização das coleções implica, então, em um processo de decodificação e análise simbólica da informação, que exige metodologias para documentar a contemporaneidade e preservar contextos históricos.

Camargo-Moro (1986) aprofunda essa transição ao enfatizar a documentação museológica como etapa essencial na aquisição de objetos, onde normas técnicas para registro, descrição e controle garantem a rastreabilidade informacional desde a entrada no acervo. A autora delinea procedimentos sistemáticos para aquisição e documentação que transformam itens heterogêneos, em sua gênese, em documentos organizados, destacando a necessidade de fichas descritivas padronizadas e inventários que preservem atributos físicos, históricos e informacionais, evitando ambiguidades em coleções universitárias de C&T, por exemplo, onde objetos científicos frequentemente migram de laboratórios para museus sem padronização prévia.

Essa ênfase em documentação como base operacional complementa o tratamento informacional, conforme Camargo-Moro (1986), que defende a integração de aquisição com processos de catalogação e conservação. Em museus universitários, tal abordagem assegura que equipamentos laboratoriais e modelos didáticos sejam ressignificados como fontes de memória científica, com registros que facilitam pesquisa e extensão, alinhando-se à dinâmica de produção de conhecimento e prevenindo perdas por falta de controle formal.

Podemos ainda nos munir do conceito utilizado por Maria Nélide González de Gómez (2004) de “dispositivo informacional”. A autora toma o museu como um dispositivo informacional que abriga em sua coleção “objetos fronteiriços” (González de Gómez, 2004, p.

66), compreendendo que tal perspectiva contribui para reconstruir os canais que ligam os artefatos ao seu universo de origem e destino, facilitando fluxos informacionais em ambientes como museus universitários de C&T. Os museus universitários são territórios privilegiados de produção e circulação do conhecimento, conectando ensino, pesquisa e extensão, onde os objetos podem se tornar fontes ativas de informação que dialogam com diferentes públicos em diferentes contextos. Nesse sentido, o tratamento informacional, ao promover a organização, representação e recuperação do conhecimento associado a esses objetos, contribui em grande forma para a ampliação do acesso, para a construção de narrativas e para o fortalecimento do museu como um “dispositivo informacional” (González de Gómez, 2004), ampliando sua relevância pedagógica e social.

Por fim, recorreremos ao autor Peter van Mensch (1992) que analisa o museu como um sistema de comunicação estruturado em torno do objeto e de seus significados culturais, onde é por meio do tratamento informacional que esse sistema se torna inteligível e acessível a múltiplos usuários. Assim, o processo de musealização, que envolve a seleção, a documentação, a conservação e a interpretação de objetos, deve ser sustentado por práticas informacionais rigorosas e sensíveis às múltiplas camadas simbólicas presentes nos acervos, integrando contribuições da Ciência da Informação e da Museologia. Ao integrar as contribuições da Ciência da Informação e da Museologia, especialmente no tratamento informacional das coleções nos museus universitários, reforçamos o papel dos museus como agentes ativos na democratização do conhecimento, na preservação da heterogeneidade de seus acervos e na produção de novas formas de compreensão do mundo.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Os dados apresentados aqui são oriundos de um levantamento inédito na UFG. Tal processo visa compor um projeto de reestruturação do conjunto de seus museus universitários de ciência. Com base na metodologia já elucidada neste artigo, foram tratados dois eixos centrais para esta análise: documentação legal e administrativa do museu e tratamento informacional das coleções. Estes dois aspectos foram recortados no intuito de se criar um panorama sobre a existência legal das instituições no organograma da UFG bem como as ações de comunicação do seu acervo museológico. Tal análise se justifica pela

necessidade de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural universitário da UFG que na última década tem recebido especial atenção das gestões, sobretudo por se enquadrarem em políticas de financiamento e fomento de órgãos externos do poder executivo no Brasil.

Pautando-nos no referencial teórico apresentado, foi possível desenvolver uma análise crítica e articulada dos dados coletados. Esses dados, foram sistematizados e organizados em gráficos que nos mostram a dimensão inicial do tratamento informacional das coleções e os desdobramentos administrativos destes museus.

Inicialmente, é imperativo observar que a diversidade das coleções e dos campos do conhecimento apresentados no projeto reafirmam a tese de que os museus universitários são espaços de transversalidade e heterogeneidade, conforme afirma Bragança Gil (2005). A presença de acervos ligados à Física, Geologia, Zoologia, Tecnologia gráfica, Astronomia, entre outros, evidencia a multiplicidade da prática científica da UFG e reforça a ideia de que tais coleções são indissociáveis do processo de produção de conhecimento nas universidades. Os dados apresentados abaixo foram formatados em gráficos para uma visualização ampla e didática.

O primeiro bloco de dados apresentados nesta pesquisa diz respeito às dimensões burocráticas e institucionais envolvidas na formação e gestão das coleções museológicas universitárias. Esta dimensão de análise se faz necessária desde que se implantou e se desenvolveu uma Política Nacional de Museus no Brasil pois diagnostica, de certa forma, a extensão e o alcance das políticas museais nas universidades. Entretanto, as discussões sobre o fortalecimento administrativo dos museus universitários se fizeram presentes nas últimas duas décadas e está sob escrutínio nos últimos anos, desde o acidente que atingiu o Museu Nacional da UFRJ em 2018, no Rio de Janeiro. Este conjunto de informações contempla aspectos como a existência de documentos legais de criação, a estruturação administrativa dos museus e sua inserção no ecossistema organizacional da universidade. Ao analisar esses dados, será possível obter um panorama mais preciso sobre o funcionamento dos museus universitários investigados, bem como compreender os pilares administrativos e institucionais que sustentam suas práticas.

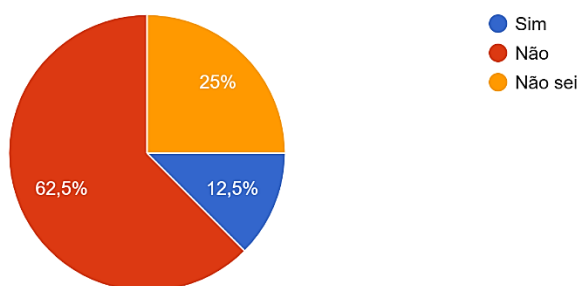
As análises que se seguem têm como base as Figuras 1 a 3, e apresentarão informações essenciais sobre a estrutura formação dos museus, os setores administrativos aos quais estão subordinados e os níveis de autonomia institucional de cada museu incluído nesta pesquisa. Esses gráficos nos permitirão refletir criticamente, à luz do referencial teórico

apresentado, sobre as condições estruturais que moldam a atuação dos museus universitários da UFG no campo da museologia e da gestão informacional.

A Figura 1 apresenta os dados coletados por meio de um questionário que indagou os gestores dos museus participantes se estes possuíam algum ato de criação formal para respaldar legalmente a sua existência na instituição. Em primeira análise este dado é capaz de nos fornecer uma análise direta de que nas Unidades Acadêmicas da UFG não foi incluído o processo de formalização dos museus. Atualmente, estes abrigam coleções históricas de Ciência e Tecnologia, obsoletas para o uso cotidiano em sala de aula, mas que no campo simbólico e no espectro informacional, foram alçadas ao status de documentos da memória científica da universidade. *A priori* este primeiro dado pode caracterizar uma fragilidade institucional. Entretanto, outros museus da UFG, ligados a outras temáticas como artes e antropologia, possuem documentos que certificam sua criação legal nas instâncias superiores da instituição. Por essa ótica, o reconhecimento do Patrimônio Museológico da Ciência na UFG está em desarranjo com as coleções de Arte e Antropologia.

**Figura 1** - Ato de Criação Formal.

O museu/núcleo/coleção possui um Ato de Criação formal (ex: decreto, lei, portaria)?  
 8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

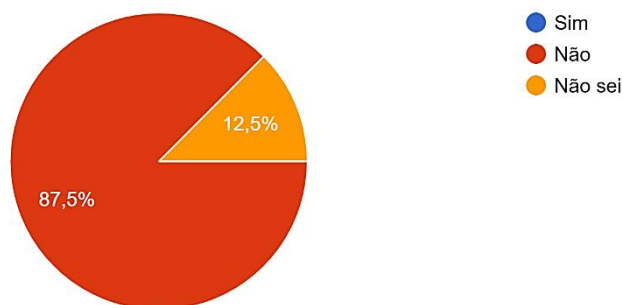
Este número se mantém quando o tema analisado é o “Regimento Interno” (Figura 2). O regimento interno é um instrumento que normatiza as ações e funções do museu e sua equipe no que diz respeito ao seu funcionamento geral. Podem ser encontradas diretrizes de funcionamento, cessão de pessoal, organograma, regras de exposição e outras instruções que cobrem o escopo de trabalho na instituição. O número superior a 80% das instituições que declararam não possuir um instrumento normativo como este, está alinhado à ausência

de atos de criação apresentados anteriormente. Se o museu não existe legalmente não tem como (ou não tem base) para regimentar suas atividades.

**Figura 2** – Regimento Interno.

O museu/núcleo/coleção possui um Regimento Interno ou documento equivalente que define sua estrutura e funcionamento?

8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Os dados apresentados nas Figuras 1 e 2 apontam para uma fragilidade estrutural e funcional das instituições mapeadas. A falta, em parte considerável dos museus, de regimentos internos, documento de fundação ou de vinculação clara com políticas institucionais reflete aquilo que Ribeiro (2013) já apontava como um dos principais entraves à consolidação dos museus universitários: a carência de políticas de gestão e institucionalização que se adequem às especificidades dessas instituições.

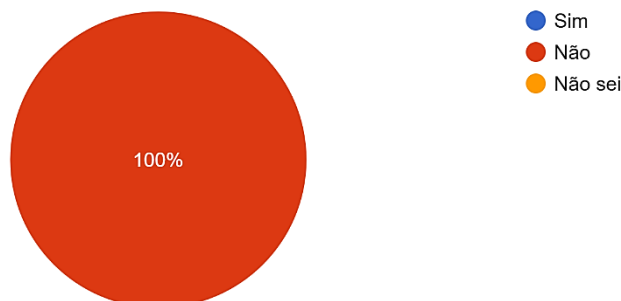
Nos dados coletados podemos notar um percentual médio de 20% das instituições que desconhecem a existência de algum instrumento que mantenha seu funcionamento legal e administrativo. Este dado também nos chama atenção para o fator continuidade de gestão e memória documental dos processos. Esses pontos são fatores estritamente humanos, ligados às práticas administrativas de gestão museológica que podem gerar entraves futuros para a captação de recursos humanos como concursos e processos seletivos, bem como dificuldades de ordem burocrática no financiamento e fomento dos projetos e ações.

Na próxima figura deste bloco apresenta-se o quantitativo de museus que se munem do instrumento de gestão museológica instituído pela Lei Federal 11.904/09 (Estatuto dos Museus). Vejamos a seguir:

**Figura 3** – Plano Museológico.

Existe um plano museológico formalmente instituído?

8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Como nos mostra a Figura 3, este instrumento de gestão inexistente nos museus universitários de ciência da UFG. O cenário mapeado por esta coleta de dados não representa um ineditismo, visto que os dados anteriores já indicavam para indícios da fragilidade administrativa e gerencial dos museus. O Plano Museológico é um instrumento fundamental de planejamento e gestão, cuja importância é reforçada pela Lei Federal 11.904/09. Este documento deve representar um compromisso institucional da Universidade com a preservação, valorização e uso dos acervos museológicos.

A elaboração desse instrumento de gestão revela-se essencial para a organização institucional dos museus universitários e para orientar práticas fundamentais como o tratamento informacional de suas coleções. Ao estabelecer diretrizes para documentação, catalogação, conservação e difusão dos acervos, esse documento oferece o suporte necessário para que os objetos musealizados sejam compreendidos e utilizados como documentos dotados de valor simbólico e informacional.

Portanto, as Figuras 1, 2 e 3 revelam um padrão consistente de fragilidade institucional nos museus de ciência da UFG, com conformidade variando de 0% a 20% nos instrumentos essenciais (ato de criação, regimento interno e plano museológico). Essa configuração reflete uma subordinação periférica à estrutura universitária central, sem autonomia normativa plena, o que corrobora Ribeiro (2013) e Bragança Gil (2005) ao diagnosticar entraves à transversalidade museológica. Tais lacunas inviabilizam a integração ao ecossistema patrimonial nacional (Lei nº 11.904/2009) e comprometem a salvaguarda do patrimônio

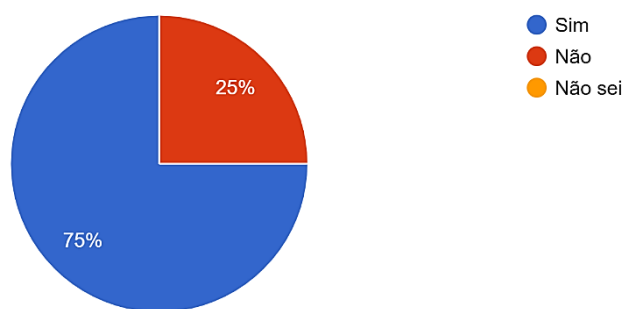
científico-tecnológico, demandando políticas de reestruturação imperativas para alinhar gestão administrativa ao processo de salvaguarda e valorização das coleções científicas da universidade.

Tendo em vista as fragilidades institucionais evidenciadas na documentação legal e administrativa dos museus de ciência da UFG, com conformidade variando de 0% a 75% nos instrumentos essenciais conforme mostram as Figuras 1 a 3, impõe-se agora a análise do tratamento informacional das coleções, segundo eixo desta investigação. Essa articulação é fundamental, pois a ausência de formalização normativa compromete os procedimentos técnicos de representação, organização e acesso à informação contida nos acervos, conforme preconizado por Briet (1951) em sua concepção de documento como testemunho material e pela Lei nº 11.904/2009, que exige planejamento integrado para salvaguarda patrimonial. Assim, as Figuras seguintes revelarão o grau de maturidade dessas práticas, dialogando com o referencial teórico do tratamento informacional (Otlet, 1991 [1934], Lancaster, 2004) como pilar para a mediação universidade-sociedade.

Nesse contexto, o tratamento informacional - entendido como o conjunto de procedimentos técnicos e conceituais voltados à representação, organização e acesso à informação contida nos objetos (Lancaster, 2004, Dodebei, 2002), torna-se um dos pilares operacionais dos museus.

**Figura 4** – Inventário.

O museu/núcleo/coleção realiza(ou realizou) inventário de suas peças?  
 8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

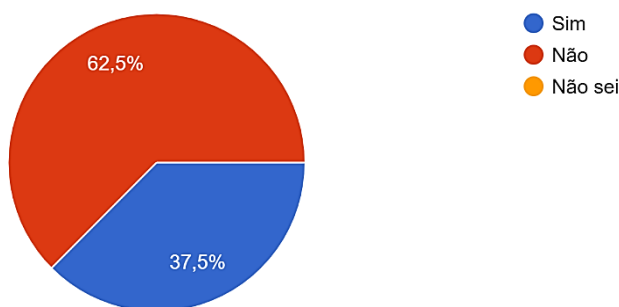
A primeira dimensão dentro deste corpo específico de dados buscou avaliar se os museus participantes desta pesquisa fazem algum controle numérico e informacional da sua coleção. Elencamos então, a prática do inventário com ponto de partida para tal análise. O

inventário museológico busca registrar, quantificar e extrair informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos. A título de amplitude dos dados, não foi definido um modelo padrão de inventário, permitindo que os investigados por esta pesquisa, pudessem responder livremente se adotam alguma técnica similar. As respostas apresentaram um quantitativo de 75% que realizam algum tipo de inventário (aqui compreendido como um controle numérico) e 25% não o praticam como fonte de controle e registro da informação dos objetos.

Essa prática parcial indica um avanço inicial no tratamento informacional, porém insuficiente para a representação exaustiva das coleções, conforme preconizado por Otlet (1991 [1934]) em sua concepção teórica como instrumento de organização documental. Criticamente, o inventário é reconhecido como etapa basal do tratamento da informação nas coleções museológicas e revela uma heterogeneidade operacional que se reflete na ausência de um processamento técnico melhor elaborado comprometendo a exaustividade requerida para salvaguarda das coleções. Essa lacuna parcial (25% sem inventário) agrava o risco de obsolescência informacional em acervos científicos, limitando sua utilidade como "documentos da memória científica" da UFG e perpetuando o isolamento das coleções em relação à produção acadêmica contemporânea (Bragança Gil, 2005).

**Figura 5** - Número de Registro.

O museu/núcleo/coleção atribui números de registro únicos a cada item do acervo?  
 8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

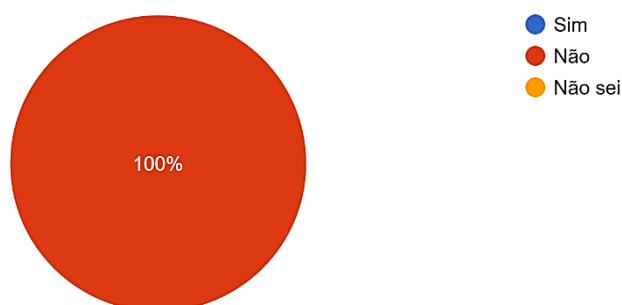
Na dimensão seguinte, esta pesquisa buscou analisar o uso de número de inventário para o registro das peças. Sabe-se que o código numérico é meio de registro da informação para o seu controle e recuperação. A pergunta desta dimensão procurou entender o nível de controle informacional sobre as peças para uma recuperação preliminar da informação. A

ausência de padronização numérica compromete a rastreabilidade e a interoperabilidade informacional, essencial para sistemas de recuperação de informação em contextos museológicos. A porcentagem de 62,5%, que respondeu positivamente sobre a adoção de código numérico, sinaliza um progresso relativo sobre o inventário, mas expõe uma falha sistêmica em normalização, o que inviabiliza consultas integradas e cruzadas entre os museus da rede.

**Figura 6** - Vocabulário Controlado.

O museu/núcleo/coleção utiliza tesouros ou listas de termos controlados para padronizar a descrição dos objetos?

8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

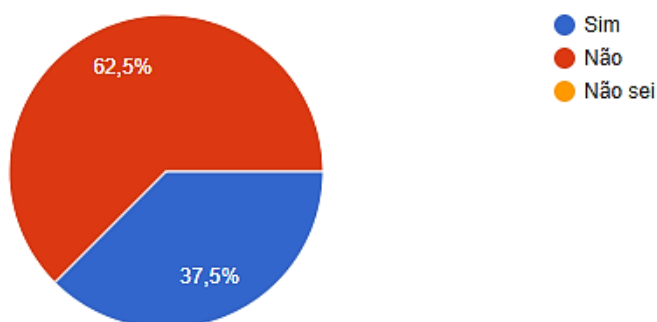
Ainda no que tange o controle e a normalização informacional, e agora mais especificamente o controle terminológico, este dado reflete a realidade da gestão da informação nos museus e coleções aqui investigadas. Os dados mostraram que 100% das instituições investigadas não utilizam vocabulário controlado para indexação, configurando um vazio técnico no sistema de representação da informação. Essa uniformidade negativa contraria princípios da Ciência da Informação e Documentação Museológica, como a normalização terminológica para evitar ambiguidade semântica. A ausência total de tesouros, listas de termos, sumários, ontologias padronizadas, entre outros instrumentos, representa a lacuna mais deficiente, pois anula ou dificulta uma precisão semântica essencial para recuperação temática em coleções heterogêneas (ex.: Astronomia e Tecnologia gráfica), alinhando-se à crítica de Lancaster (2004) sobre indexação como ponte entre objeto e usuário. Essa brecha agrava as fragilidades, uma vez que sem indexação controlada, o potencial informacional dos acervos permanece latente, contrariando o paradigma de museus como "dispositivos informacionais" abertos (Maroevic, 1998). Criticamente, impede

análises interdisciplinares na UFG, perpetuando o subaproveitamento do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia da instituição.

**Figura 7** – Sistema de Catalogação.

O museu/núcleo/coleção utiliza algum sistema de **catalogação** para descrever os itens do acervo?

8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Ainda no seio das análises sobre os procedimentos que tangem o tratamento informacional, a Figura 7 nos permite observar que dos oito museus de ciência da UFG analisados, 62,5% (cinco museus) declaram utilizar algum sistema de catalogação, enquanto 37,5% (três museus) não o praticam. Essa adesão parcial sinaliza um estágio intermediário no tratamento informacional, mas revela insuficiência para a descrição padronizada e exaustiva das coleções, conforme Fernanda Camargo-Moro (1986) que conceitua a catalogação como atributos documentais para organização sistemática da informação sobre os objetos.

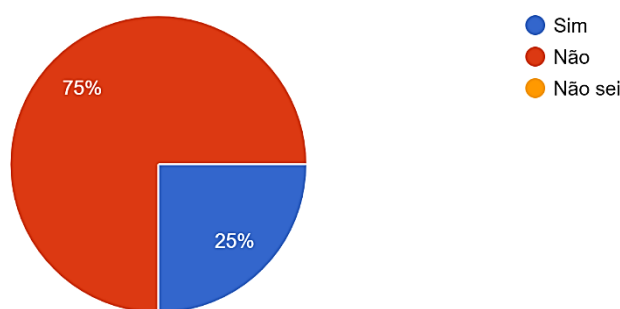
A ausência de algum sistema de catalogação em 37,5% dos casos compromete a representação intelectual e informacional da totalidade das coleções agravando hiatos prévios em inventário (Figura 5, 25% ausente) e registro numérico (Figura 6, 37,5% ausente), e limitando a interoperabilidade preconizada por Briet (1951), para quem o catálogo confere ao objeto museológico status de documento rastreável e acessível. Em tese, o número de 62,5% reflete imaturidade técnica, pois sistemas de catalogação demandam normalização descritiva para recuperação precisa, alinhada à definição de Camargo-Moro (1986) sobre catalogação museológica como processo conceitual que integra atributos físicos, históricos e informacionais. Sem padronização, normalização terminológica e processual inferida pela parcialidade, persiste ambiguidade semântica, contrariando Lancaster (2004), que enfatiza a

linguagem controlada como ferramenta de representação da memória documentária. Logo, a lacuna percebida nesta figura de 37,5% dialoga com a inexistência de vocabulários controlados (Figura 7, 100%), configurando ciclo vicioso que isola coleções universitárias, em detrimento do paradigma de museus como "dispositivos informacionais" (González de Gómez, 2004).

**Figura 8** - Tecnologias Digitais.

O museu/núcleo/coleção utiliza tecnologias digitais para disseminar informações sobre o acervo (ex: catálogos online, visitas virtuais)?

8 respostas



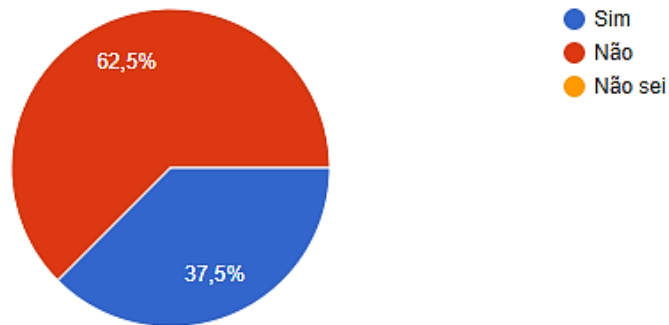
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

No que tange às tecnologias de disponibilização e digitalização do acervo no ambiente web e/ou tecnológico, a Figura 8 indica que 75% dos museus desta pesquisa não empregam tecnologias digitais para disseminação da informação, restringindo-se a práticas analógicas. Essa predominância analógica reflete um estágio primordial no tratamento informacional, onde a ausência de ferramentas digitais pode obstruir a extensão do documento museológico para além do espaço físico, conforme a concepção de Briet (1951) sobre o documento como testemunho material dinâmico. A limitação em 75% dos casos compromete a organização e recuperação temática das coleções heterogêneas, pois sem digitalização como bases de dados ou portais interoperáveis, persiste a limitação do uso da informação ao negar pontes eficazes entre objeto e usuário remoto. Complementarmente, Dodebei (2002) destaca a necessidade de procedimentos conceituais integrados, aqui inviabilizados pela restrição tecnológica, que perpetua ambiguidade semântica em acervos científicos e limita sua utilidade pedagógica e extensionista na UFG. Essa taxa elevada agrava o vazio em vocabulário controlado como já observamos nas Figuras 6 e 7, configurando-se em um ciclo vicioso que subutiliza o potencial das coleções.

**Figura 9** - Políticas de Acesso e uso da Informação sobre o acervo.

Existem **políticas de acesso e uso** da informação sobre o acervo?

8 respostas



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Por fim, o último lote de dados coletados para esta pesquisa diz respeito ao acesso às informações sobre os objetos. Buscou-se com esta análise traçar um panorama de como os museus permitiam acesso público e amplo ao conjunto de informações dos seus acervos. A figura aponta ausência ou insuficiência de políticas formais de acesso e uso da informação. Essa lacuna revela uma falha no fechamento do ciclo informacional, em que o acesso, etapa final da representação e organização, não é normatizado, contrariando o argumento Gonzáles de Gómez (2004) do museu como um dispositivo informacional. Integrando-se às lacunas anteriores (ex.: 75% que não se munem de tecnologias digitais), a falta de políticas voltadas a este fim dificulta a rastreabilidade da informação, e arrisca transformar as coleções em repositórios estáticos em vez de recursos dinâmicos para o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, pode-se inferir que sem diretrizes de acesso, a indexação e catalogação perdem efetividade, inviabilizando análises interdisciplinares.

Portanto, os dados analisados evidenciam uma situação de fragilidade no processo informacional. Muitos dos objetos permanecem sem inventário, catalogação adequada ou sistemas de gestão da informação. Isso corrobora os argumentos de Handfas, Granato e Lourenço (2016), que alertam para a descontinuidade e informalidade na preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia nas universidades. A ausência total ou parcial de infraestrutura técnica e de recursos humanos especializados reforça a tese de que a

musealização desses objetos é frequentemente resultado de iniciativas individuais de docentes ou técnicos, e não de uma política institucional estruturada.

Essa fragilidade manifesta-se na dicotomia dos dados das Figuras 5 e 6. Revelam que 75% dos museus realizam algum tipo de inventário de suas peças, sinalizando uma tentativa inicial de contagem e controle dos objetos. No entanto, 62,5% desses mesmos museus não atribuem número de registro às peças. Essa desarmonia na organização da informação fragiliza operações com acervos, como empréstimos, exposições temporárias, pesquisa e interoperabilidade na Rede de Museus.

As Figuras 7 e 8 apontam na mesma direção quanto à organização e padronização da informação. Todos os museus pesquisados responderam que não utilizam vocabulário controlado para indexação dos objetos em seus inventários. Ademais, como vimos, 75% desses museus não dispõem de tecnologias digitais para disseminação da informação de suas coleções, abrangendo instrumentos como catálogos online, bases de dados digitais, repositórios informacionais ou visitas virtuais.

Esse descompasso entre formação das coleções e tratamento informacional compromete diretamente o papel dos museus como dispositivos informacionais (González de Gómez, 2004). Se o museu deve ser entendido como sistema de mediação entre objeto, conhecimento e público, conforme Van Mensch (1992) é imperativo garantir que seus elementos constitutivos estejam organizados e acessíveis sob critérios técnicos e epistemológicos consistentes. A ausência desse sistema de organização informacional coloca em risco a preservação do acervo e suas funções social, educativa e científica.

Por outro lado, os dados também revelam potencialidades desses museus. A existência de objetos de valor histórico e científico significativos para a comunidade acadêmica, ainda que dispersos ou não amplamente catalogados, representa um capital simbólico valioso para a UFG. Esses indícios reafirmam o papel estratégico dos museus universitários como repositórios da memória da ciência, conforme Ribeiro, Segantini e Granato (2019) e Mendonça Júnior (2016). O desafio reside em transformar esse potencial em ação concreta, via políticas de institucionalização, investimentos em infraestrutura e formação de recursos humanos em campos multidisciplinares, com foco na Museologia.

Ao reunir esses espaços sob uma lógica comum de gestão institucional e museológica, o presente projeto pode fortalecer a governança, promover práticas padronizadas no tratamento da informação e ampliar a difusão dos acervos. Para tanto, os próximos passos

demandam uma política rigorosa de tratamento informacional, conforme preconizam os autores da Documentação Museológica, Ciência da Informação e Museologia. Em síntese, a análise dos dados, à luz da teoria mobilizada, delineia um espectro conclusivo para este artigo: os museus universitários da UFG, sobretudo os de Ciência, enfrentam desafios estruturais e informacionais que comprometem sua plena atuação como dispositivos de preservação e mediação do conhecimento. Contudo, evidenciam um conjunto de bens simbólicos e humanos mobilizáveis em favor de uma política integrada e eficaz. O tratamento informacional das coleções emerge, assim, como imperativo epistemológico para que os objetos científicos e culturais cumpram sua função como testemunhos da história da ciência e da tecnologia na formação pública da UFG, fechando o ciclo de análise inicial e pavimentando perspectivas de reestruturação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou os museus universitários de Ciência da Universidade Federal de Goiás (UFG), centrando-se na pesquisa sobre sua documentação legal e no tratamento informacional de suas coleções, por meio de análise qualitativa de dados coletados via questionário aplicado aos oito espaços museológicos vinculados ao projeto “Museu de Ciências da UFG”, incluindo Pátio da Ciência, Museu de Ciências Morfológicas, Museu de Solos, Museu de Informática e Computação, Coleção Zoológica, Ateliê Tipográfico, Planetário e Museu de Geociências.

A hipótese inicial postulava fragilidade institucional na gestão e organização da informação, ancorada em revisão teórica sobre museus universitários, documentação museológica e práticas informacionais, com ênfase na transformação de acervos em dispositivos acessíveis, destacando a necessidade de diagnóstico para subsidiar reestruturação e alinhamento à tríade de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A metodologia exploratória adotou questionário com 16 questões objetivas, aplicado a todos os museus da rede e obtendo 100% de respostas, permitindo tabulação e análise em dois eixos temáticos principais: documentação legal, abrangendo atos de criação formal, regimentos internos e planos museológicos; e tratamento informacional, cobrindo inventário, registro numérico, vocabulário controlado, sistemas de catalogação, tecnologias digitais e

políticas de acesso e uso, com gráficos que quantificaram adesões parciais ou ausentes para evidenciar padrões recorrentes de imaturidade e identificar oportunidades de intervenção prática.

Os resultados confirmaram a hipótese, destacando lacunas consideráveis na documentação legal, como ausência total de planos museológicos em todos os casos, regimentos internos parciais e atos de criação formal limitados, o que compromete a base administrativa e normativa para operação sustentável, expondo riscos de descontinuidade institucional e subordinação a estruturas acadêmicas não patrimoniais.

No tratamento informacional, evidenciou-se inventário parcial em 75%, ausência de registro numérico em 37,5%, zero uso de vocabulário controlado, catalogação em apenas 62,5%, tecnologias digitais restritas a 25% e políticas de acesso insuficientes, comprometendo a representação fiel, recuperação precisa e disseminação dos acervos heterogêneos de física, geologia, zoologia e astronomia, perpetuando processos informais e subutilização patrimonial que limitam funções pedagógicas e extensionistas.

Apesar das fragilidades, os resultados também apontam potencialidades claras, como tentativas iniciais de inventário e catalogação em parte dos museus, que sinalizam base para reestruturação, com oportunidades para políticas integradas que fortaleçam a governança, padronizem práticas informacionais e ampliem o acesso remoto, alinhando os espaços à tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão, e promovendo salvaguarda do patrimônio científico e tecnológico da UFG. Por fim, este estudo reforça a urgência de transição para práticas maduras de gestão informacional e legal, transformando fragilidades identificadas em alavancas para excelência patrimonial, com o projeto “Museu de Ciências da UFG” como catalisador para rede integrada, salvaguarda sustentável e maior visibilidade acadêmica e social dos acervos.

## REFERÊNCIAS

BRAGANÇA GIL, Fernando. Museus universitários: sua especialidade no âmbito da museologia. In: SEMEDO, Alice; SILVA, Armando Coelho Ferreira da. *Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 33-54.

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. [Tradução em inglês: *What is Documentation?*] Lanham: Scarecrow Press, 2006.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museus: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan. - abr. 2004.

HANDEFAS, Ethel Rosemberg; GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. O patrimônio cultural universitário de ciência e tecnologia. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 9, n. 2, jul. 2016, p. 1-20.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LOURENÇO, Marta; WILSON, Lydia. Scientific heritage: Reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. *Studies in History and Philosophy of Science*, [S.l.], part A, v. 44, n. 4, p. 744-753, 2013.

MAROEVIĆ, Ivo. *Introduction to museology: the European Approach*. Edited by Gary Edson. München: Verlag Dr. C. Müller-Straten, 1998.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. *Patrimônio Cultural Universitário: estratégias para obtenção do poder de definição do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2016, 106 f.

OTLET, Paul. *Tratado de Documentação: o livro sobre o livro, a teoria e a prática da documentação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1991. [Original publicado em 1934.]

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SEGANTINI, Verona; GRANATO, Marcus. Museus e patrimônio cultural universitário: discutindo conceitos e promovendo parcerias e articulações. In: ARAÚJO, Bruno Melo de et al. (org.). *Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios*. Recife: UFPE, 2019. p. 51-65.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 4, p. 88-102, 2013.

SILVA, Maurício Cândido da. A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 297-309, 2019.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. Metodologicke otazky dokumentace soutsasnosti. *Muzeologické sesity*, [S.l.], v. 5, p. 13-43, 1974.

VAN MENSCH, Peter. *Towards a methodology of museology*. 1992. 68 f. Tese (Doutorado em Museologia) – University of Zagreb, Zagreb, 1992.